

Sumário

Introdução	1
1 O Combate à Corrupção e o Direito Administrativo.....	3
1.1 Combate à corrupção: panorama geral	3
1.2 O papel do direito administrativo no combate à corrupção e o direito administrativo sancionador	12
1.3 A lei anticorrupção brasileira – LAC: origem e desenvolvimento.....	22
2 Acordo de Leniência	35
2.1 Origem e fundamentos.....	35
2.2 Programa de leniência e os requisitos necessários: atratividade e segurança jurídica	46
2.3 O acordo de leniência na lei anticorrupção: requisitos e benefícios	53
3 O Papel dos Tribunais de Contas.....	67
3.1 Controle da administração pública: fundamentos e princípios norteadores	67
3.2 Natureza jurídica, competência e autonomia dos tribunais de contas	80
3.3 Aplicação do acordo de leniência pelo Tribunal de Contas da União	85

4 O Acordo de Cooperação Técnica em Face dos Acordos de Leniência.....	107
4.1 A pluralidade de legitimados e o acordo de cooperação técnica	107
4.2 O Acordo de Cooperação Técnica e seus desdobramentos no Tribunal de Contas da União	121
4.3 O Ministério Público Federal na celebração dos acordos de leniência e a análise da Nota Técnica nº 2/2020 – 5ª CCR	127
4.4 O posicionamento do Tribunal de Contas da União diante da sobreposição dos órgãos de controle nos acordos de leniência	138
Considerações Finais.....	143
Referências	153
Lista de Abreviaturas e Siglas	171